

N. F. Nº - 232163.0027/20-2  
NOTIFICADO - RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A  
NOTIFICANTE - JOÃO ROBERTO FERREIRA DA SILVA  
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL FRANCISCO HEREDA  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.05.2025

**5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0068-05/25NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Notificada não recolheu o tributo no prazo da legislação. Nulidades não acatadas. Infração subsistente. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 11/02/2020, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 8.121,15**, mais multa de 60%, no valor de R\$ 4.872,69, totalizando o montante de **R\$ 12.993,84** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

**Infração 01 - 054.005.008:** Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

*“Contribuinte descredenciado adquirindo mercadoria em outra unidade da federação, conforme DANFES de nºs. 353.829, 353.837, 353.842, 353.843, 353.849, 353.851, 353.914 a 353.922, 354.083 a 353.085, 354.091.”*

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **232163.0027/20-2**, devidamente assinada pelo Agente de Tributos Estaduais (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 03); a memória de cálculo da Antecipação Parcial efetuada pelo Notificante, (fl. 04); os DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) **de nºs. 353.829, 353.837, 353.842, 353.843, 353.849, 353.851, 353.914 a 353.922, 354.083 a 353.085, 354.091, Transferência de Mercadoria Adquirida de Terceiros**, procedente do Estado de **Pernambuco** (fls. 06 a 30), emitidas **na data de 06 e 07/02/2020**, pela RN Comércio Varejista S.A. que carrega diversas mercadorias (Eletrodomésticos, Móveis, Eletrônicos e Acessórios); a consulta da situação da Notificada constando como “Contribuinte Descredenciado” – Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa, efetuada na data de **11/02/2020** (fl. 03).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante, manifestando impugnação, (fls. 33 a 53) protocolizada no CONSEF na data de 23/07/2021 (fl. 32).

A Notificada iniciou sua defesa alegando a tempestividade da mesma e no tópico **“Preliminarmente – Da Situação Atual da Empresa – Recuperação Judicial – Crise Financeira”** destacou que a Notificada se encontra em delicada situação financeira e requereu o processamento de sua Recuperação Judicial (1070860-05.2020.8.26.0100), conforme despacho proferido em 10 de agosto de 2020. Assim, em razão da função social que deve ser preservada, serve a presente impugnação para requerer sua procedência total, anulando todo lançamento, eis

que este, além de abusivo (em razão da multa exorbitante), pode vir a gerar danos ao processo de reestruturação da empresa.

Tratou no tópico ***“Da Nulidade da Notificação Fiscal – Impossibilidade de Cobrança de ICMS por Antecipação – Autorizada por Decreto Estadual – Entendimento do STF”*** donde descreveu a infração lhe imputada asseverando o entendimento mais recente do Supremo Tribunal Federal, julgamento (RE 598.677), que é no sentido de que os estados não podem exigir, por meio de decreto, o recolhimento antecipado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na entrada de mercadoria que vem de outros estados.

Garantiu que resta evidente que a presente Notificação Fiscal não pode subsistir, pois está fundada em autorização de cobrança de ICMS por antecipação, que foi autorizada por decreto, o que está em desacordo com o entendimento da Corte Suprema, requerendo que seja anulado consoante o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 598.677, de Relatoria do Ilustre Ministro Dias Toffoli.

Discorreu no tópico ***“Do Tema 456 do Supremo Tribunal Federal – Julgado – Tese de Repercussão Geral – Impossibilidade de Cobrança do ICMS Antecipado sem a Existência de Legislação em Sentido Estrito – Necessidade de Lei Complementar – Aplicação no Presente Caso – Extinção da Execução Fiscal”*** que conforme cediço, foi julgado o tema 456 do Supremo Tribunal Federal, que é justamente o que se discute na suposta infração cometida pela Notificada. Evidentemente esta não poderá subsistir. Isso porque, o tema que originou a cobrança do ICMS por antecipação, foi combatido no Supremo Tribunal Federal, levando à tese de repercussão geral.

Defendeu no tópico ***“Da Boa-Fé da Notificada e dos Limites Fixados pelo Supremo Tribunal Federal para Multas Tributária aos Contribuintes – Redução Necessária para Valor Razoável pelo Princípio da Equidade”*** que está claramente evidenciado o caráter confiscatório da multa aplicada nestes autos. Desta forma, ante a clara boa-fé do Contribuinte, a multa deve ser anulada ou, se não for este o entendimento dos Julgadores, deve ser o patamar da multa reduzido, conforme entendimento do Supremo Tribunal de Justiça ou ainda, subsidiariamente, requer a fixação de multa em patamar mínimo fixado pela legislação em caso de autuações fiscais, certo da ausência de dolo da Notificada no caso em tela.

Finalizou no tópico ***“Dos Pedidos”*** que seja conhecida e julgada integralmente procedente a presente impugnação para:

- a) decretar a nulidade da Notificação Fiscal em razão da impossibilidade de cobrança de ICMS por antecipação por meio de regulamentação proveniente de decreto estadual, anulando, também, o lançamento;
- b) decretar a nulidade da Notificação Fiscal pela impossibilidade de cobrança de valores a título de ICMS por antecipação em razão do quanto decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça, na tese de Repercussão Geral do tema 456;
- c) por fim, caso não sejam acolhidos os argumentos esposados pela Notificada, seja a multa aplicada anulada, certo do seu evidente caráter confiscatórios ou, minimamente, seja reduzida pelo princípio da equidade, na medida que a autuação ultrapassou os limites do princípio do não-confisco, da legalidade tributária e da capacidade econômica do contribuinte.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

**VOTO**

A Notificação Fiscal, Trânsito de Mercadorias, lavrada em 11/02/2020, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 8.121,15**, mais multa de 60%, no valor de R\$ 4.872,69, totalizando o montante de **R\$ 12.993,84** em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) **da falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

**O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada** referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente é necessário enfrentar as nulidades suscitadas pela Notificada em relação à impossibilidade de cobrança do ICMS por antecipação autorizada por Decreto Estadual, havendo entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, julgamento (RE 598.677), e da tese, também de Repercussão Geral da impossibilidade de cobrança do ICMS antecipado sem a existência de legislação em sentido estrito, necessitando-se de Lei Complementar.

Neste sentido, dado à unicidade jurisdicional do Direito brasileiro e em face da instância em que ora se discute esse contencioso administrativo, conforme disposto no artigo 167 do RPAF, a inconstitucionalidade alegada pela Notificada foge à apreciação deste órgão administrativo judicante, tendo-se em vista, também, a vedação constante nos incisos I e III do artigo 125 do Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB, instituído pela Lei nº 3.956/81, a seguir transcritos:

*Art. 125. Não se incluem na competência dos órgãos julgadores:*

*I - a declaração de inconstitucionalidade;*

*(...)*

*III - a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior.*

Assim, não acato as nulidades suscitadas e constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em apertada síntese, a Notificada consignou que a imposição de multa no patamar aplicado é punição que ultrapassa os limites fixados pelos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e mesmo da capacidade contributiva da Notificada.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal Francisco Hereda**, relacionado aos DANFEs das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) **de nºs. nºs. 353.829, 353.837, 353.842, 353.843, 353.849, 353.851, 353.914 a 353.922, 354.083 a 353.085, 354.091, Transferência de Mercadoria Adquirida de Terceiros**, procedente do Estado de **Pernambuco** sendo exigida a antecipação parcial conforme disposto no **inciso III, alínea “b”** do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos § 2º e 3º assistindo-se que o descredenciamento se deu em razão do **inciso II do § 2º** de possuir débito inscrito em Dívida Ativa.

*Art. 332*

*(...)*

*“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos § 2º e 3º deste artigo:*

*(...)*



b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por **antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal**, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

(...)

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

Constatando que os produtos adquiridos pela Notificada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, por inexistir previsão em Convênio e Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS. E, uma vez sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da operação constante nas NF-es de nºs: 353.829, 353.837, 353.842, 353.843, 353.849, 353.851, 353.914 a 353.922, 354.083 a 353.085, 354.091 (art. 23, inciso III da Lei 7.014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7.014/96.

Em relação ao credenciamento, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatei que a Notificada, na lavratura da presente Notificação, encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, desde 15/12/2017, “Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa” o que a **impossibilitaria** de usufruir do benefício de postergação do pagamento do ICMS da Antecipação Parcial estabelecido até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e.

13481309	NOSSA ELETRO S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	Pequenas Empresas Conta Corrente
	SOCIEDADE ANONIMA FECHADA	Contribuinte com restrição de crédito-Dívida Ativa
15/12/2017	sim desde 15/12/2017	NORMAL
12423602	Baixa: Ainda vigente	

Quanto ao argumento defensivo de abusividade da multa aplicada, apesar de respeitar os relevantes argumentos jurídicos apresentados pela Notificada, considero que o Notificante agiu estritamente em consonância com o regramento previsto pela legislação tributária posta, em pleno vigor, da qual, tendo em vista sua atividade vinculada, não poderia ignorar, situação esta a que também se submete o órgão julgador administrativo, em relação à inconstitucionalidade suscitada consoante se depreende da leitura do art. 167, incisos I e III do RPAF/BA, *verbis*:

Art. 167. Não se incluem na competência dos órgãos julgadores:

I - a declaração de inconstitucionalidade;

II - questão sob a apreciação do Poder Judiciário ou por este já decidida;

III - a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior.

Isto posto, tendo a Notificada pautado sua defesa apenas em arguição de nulidade, e da abusividade da multa, ambas não acatadas, não adentrando nos valores lançados, voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 232163.0027/20-2, ACÓRDÃO JJF Nº 0068-05/25NF-VD

lavrada contra **RN COMÉRCIO VAREJISTA S.A.**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 8.121,15**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “d” da Lei nº 7.014/96, e dos seus acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 02 de abril de 2025.

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

